TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
1.	Constitucional	1.	002	RE 560626	Reserva de lei complementar para a suspensão da contagem do prazo prescricional para causas de pequeno valor.	S
		2.	006	RE 566471	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	S
		3.	017	RE 561574	a) Possibilidade de cobrança de ligações sem discriminação dos pulsos além da franquia; b) Justiça competente para dirimir controvérsias acerca da possibilidade de cobrança de ligações sem discriminação dos pulsos além da franquia.	S
		4.	025	RE 565714	Vinculação do adicional de insalubridade ao salário mínimo.	S
		5.	029	RE 570392	Vício de iniciativa de lei municipal, proposta pelo Poder Legislativo local, que veda a contratação de parentes de 1º e 2º graus do Prefeito e Vice-Prefeito para ocuparem cargos comissionados.	S
		6.	032	RE 566622	Reserva de lei complementar para instituir requisitos à concessão de imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social.	S
		7.	033	RE 568396	Relevância e urgência da medida provisória nº 2.170-36/2001 que disciplina a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.	S
		8.	035	RE 567454	a) Tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa. B) Competência para processar e julgar ação em que se discute a legalidade da cobrança da tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa.	S
		9.	036	RE 569056	Competência da Justiça do Trabalho para execução de contribuições previdenciárias.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		10.	043	RE 573202	Competência para julgar reclamações de empregados temporários submetidos a regime especial disciplinado em lei local editada antes da Constituição de 1988.	S
		11.	044	RE 573675	Competência legislativa para a instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.	S
		12.	047	RE 576920	Natureza do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas Estaduais em relação a atos administrativos dos Municípios.	S
		13.	048	RE 577025	Reserva legal para a criação de cargos e reestruturação de órgão.	S
		14.	055	RE 573540	Reserva de lei complementar estadual de contribuição compulsória para custeio de assistência médico-hospitalar.	S
		15.	056	RE 576155	Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em que se questiona acordo firmado entre o contribuinte e o Poder Público para pagamento de dívida tributária.	S
		16.	060	RE 562051	Possibilidade de prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.	S
		17.	066	RE 579951	Reserva de lei para a vedação de nepotismo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo.	S
		18.	074	RE 579648	Competência para julgamento de ação de interdito proibitório cuja causa de pedir decorre de movimento grevista.	S
		19.	078	RE 561994	Observância de simetria federativa por decisão do Tribunal de Justiça que declarou a inconstitucionalidade de Emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal.	N
		20.	079	RE 565886	a) Reserva de lei complementar para instituir PIS e COFINS sobre a importação. b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.865/2004.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		21.	090	RE 583955	Competência para processar e julgar a execução de créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial.	S
		22.	094	RE 586693	Exigência de reserva de plenário para as situações em que a Emenda Constitucional nº 29/2000 deixa de ser aplicada em face da incidência da versão primitiva da norma constitucional por ela modificada.	S
		23.	098	RE 582650	Auto-aplicabilidade do art. 192, § 3º, da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 40/2003.	S
		24.	109	RE 591033	Adoção pelo Poder Judiciário de critérios normativos estaduais como fundamento para extinguir ações de execução fiscal ajuizadas pelo Município.	S
		25.	121	RE 600885	Reserva legal para fixação de limite de idade para ingresso nas Forças Armadas.	S
		26.	128	RE 590409	Competência para dirimir conflito de competência entre Juizado Especial e Juízo Federal de primeiro grau de uma mesma Seção Judiciária.	S
		27.	145	RE 586224	a) Competência do Município para legislar sobre meio ambiente; b) Competência dos Tribunais de Justiça para exercer controle de constitucionalidade de norma municipal em face da Constituição Federal.	S
		28.	149	RE 594435	Competência para processar e julgar causa que envolve contribuição previdenciária instituída pelo Estado membro incidente sobre complementação de proventos e de pensões por ele paga.	S
		29.	157	RE 597362	Competência exclusiva da Câmara Municipal para o julgamento das contas de Prefeito.	S
		30.	159	RE 586789	Competência para processar e julgar mandado de segurança contra decisão de juiz federal no exercício de jurisdição de juizado especial federal.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		31.	172	RE 597994	Reeleição de membro do Ministério Público para o exercício de atividade político-partidária após a Emenda Constitucional nº 45/2004.	S
		32.	177	RE 598085	Revogação, por medida provisória, da isenção da contribuição para o PIS e para a COFINS concedida às sociedades cooperativas.	S
		33.	184	RE 593727	Poder de investigação do Ministério Público.	S
		34.	190	RE 586453	Competência para processar e julgar causas que envolvam complementação de aposentadoria por entidades de previdência privada.	S
		35.	203	RE 597285	Sistema de reserva de vagas, como forma de ação afirmativa de inclusão social, estabelecido por universidade.	S
		36.	208	RE 601220	Competência jurisdicional para processar ação de reparação de danos causados por crítica veiculada pela internet.	S
		37.	211	AI 764518	Necessidade de lei em sentido formal para a atualização do valor venal de imóveis.	S
		38.	220	RE 592581	Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos.	S
		39.	221	RE 593448	Competência legislativa municipal para restringir direito de férias de servidores municipais.	S
		40.	223	RE 598259	Competência do Poder Legislativo municipal para estabelecer vantagens, benefícios e adicionais em favor de servidores municipais.	S
		41.	225	RE 601314	a) Fornecimento de informações sobre movimentações financeiras ao Fisco sem autorização judicial, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001; b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.174/2001 para apuração de créditos tributários referentes a exercícios anteriores ao de sua vigência.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		42.	227	AI 762202	Reserva de lei complementar para instituir contribuição destinada ao SEBRAE.	S
		43.	242	RE 600091	Competência para processar e julgar ações indenizatórias decorrentes de acidente do trabalho propostas por sucessores do trabalhador falecido.	S
		44.	258	RE 595332	Competência para processar e julgar execuções ajuizadas pela OAB contra advogados inadimplentes quanto ao pagamento de anuidades.	S
		45.	262	RE 605533	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.	S
		46.	272	RE 610221	Competência dos Municípios para legislar sobre tempo máximo de espera de clientes em filas de bancos.	S
		47.	277	RE 566007	Desvinculação do produto de arrecadação de contribuições sociais da União por Emenda Constitucional.	S
		48.	279	RE 602381	Natureza das leis nos 2.123/93 e 4.069/62 que garantem aos procuradores federais direito a férias de sessenta dias por ano.	S
		49.	305	RE 607520	Competência para processar e julgar ações de cobrança de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo.	S
		50.	317	RE 630137	Auto-aplicabilidade da imunidade relativa à contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões dos servidores públicos, prevista no art. 40, § 21, da Constituição Federal, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.	S
		51.	324	RE 602917	Reserva de lei complementar para estabelecimento de valores pré-fixados para o cálculo do IPI.	S
		52.	337	RE 607642	Majoração da alíquota de contribuição para o PIS mediante medida provisória.	S
		53.	339	AI 791292	Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		54.	346	RE 601967	Reserva de norma constitucional para dispor sobre direito à compensação de créditos do ICMS.	S
		55.	358	RE 601146	Competência dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal para decidir sobre questão previdenciária, no bojo de processo autônomo de perda de posto e patente de militar.	S
		56.	380	RE 600658	Aplicação do art. 17 do ADCT a vantagens protegidas pela garantia da coisa julgada	S
		57.	390	RE 636562	Reserva de lei complementar para tratar da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal.	S
		58.	392	RE 363889	Superação da coisa julgada para possibilitar nova ação de investigação de paternidade em face de viabilidade de realização de exame de DNA.	S
		59.	414	RE 638483	Competência para processar e julgar ação em que se discute a prestação de benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho.	S
		60.	415	ARE 638484	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	S
		61.	416	RE 635347	Forma de pagamento de débito originado de erro no cálculo das verbas a serem repassadas pela União a título de complementação do FUNDEF.	S
		62.	430	ARE 639496	Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.	S
		63.	441	AI 838188	Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.	S
		64.	453	RE 642553	Manutenção de prerrogativa de foro a magistrados aposentados.	S
		65.	457	AI 846973	Requisitos legais diferenciados para a concessão de pensão por morte em relação a cônjuges homens e mulheres de ex-servidores públicos.	S
		66.	469	RE 600063	Alcance da imunidade material concedida aos vereadores por suas opiniões, palavras e votos.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		67.	471	RE 631111	Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de interesses de beneficiários do DPVAT.	S
		68.	472	RE 637539	Competência de guarda municipal para lavrar auto de infração de trânsito.	S
		69.	474	RE 614873	Reserva de vagas em vestibular de universidade estadual para egressos de escolas de ensino médio da respectiva unidade federativa.	S
		70.	477	RE 638239	Revisão de Súmula Vinculante em virtude da superveniência de lei de conteúdo divergente.	S
		71.	484	RE 650898	a) Legitimidade de tribunal de justiça para atuar em controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal contestada em face da Constituição Federal; b) Possibilidade de concessão de gratificação natalina, ou de outras espécies remuneratórias, a detentor de mandato eletivo remunerado por subsídio.	S
		72.	485	RE 632853	Controle jurisdicional do ato administrativo que avalia questões em concurso público.	S
		73.	491	ARE 649379	Competência legislativa estadual para estabelecer regras de postagem de boletos referentes a pagamento de serviços prestados por empresas públicas e privadas.	S
		74.	505	RE 595326	Aplicação imediata EC nº 20/98 quanto à competência da Justiça do Trabalho para execução de contribuições previdenciárias decorrentes de sentenças anteriores à sua promulgação.	S
		75.	518	RE 660933	Compatibilidade da contribuição destinada ao custeio da educação básica com as Constituições de 1969 e de 1988.	S
2.	Direito Tributário	1.	001	RE 559607	Base de cálculo do PIS e da COFINS sobre a importação.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		2.	004	RE 561908	Termo *a quo* do prazo prescricional da ação de repetição de indébito relativa a tributos sujeitos a lançamento por homologação e pagos antecipadamente.	S
		3.	008	RE 564413	Imunidade do lucro da exportação à CSLL após a Emenda Constitucional nº 33/2001.	S
		4.	014	RE 568657	Exigibilidade de cobrança amigável prévia ao ajuizamento da execução fiscal, prevista em Código Tributário Municipal.	N
		5.	016	RE 561158	Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.	S
		6.	021	RE 562045	Fixação de alíquota progressiva para o imposto sobre transmissão causa *mortis* e doação.	S
		7.	031	RE 565048	Exigência de garantia real ou fidejussória para impressão de documentos fiscais de contribuintes inadimplentes.	S
		8.	032	RE 566622	Reserva de lei complementar para instituir requisitos à concessão de imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social.	S
		9.	034	RE 570122	Ampliação da base de cálculo e majoração da alíquota da COFINS pela Lei nº 10.833/2003, resultante da conversão da Medida Provisória nº 135/2003.	S
		10.	042	RE 572762	Retenção de parcela do produto da arrecadação do ICMS, pertencente aos Municípios, em razão da concessão de incentivos fiscais pelo Estado-membro.	S
		11.	044	RE 573675	Competência legislativa para a instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.	S
		12.	046	RE 576189	Cobrança do Encargo de Capacidade Emergencial criado pela Lei nº 10.438/2002.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		13.	049	RE 562980	Creditamento de IPI sobre aquisição de insumos ou produtos intermediários aplicados na fabricação de produtos finais sujeitos à alíquota zero ou isentos, em período anterior à Lei nº 9.779/99.	S
		14.	051	RE 566032	Cobrança da alíquota de 0,38% da CPMF nos noventa dias posteriores à publicação da Emenda Constitucional nº 42/2003.	S
		15.	052	RE 566259	Incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF sobre as receitas oriundas de exportação.	S
		16.	069	RE 574706	Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.	S
		17.	055	RE 573540	Instituição por lei complementar estadual de contribuição compulsória para custeio de assistência médico-hospitalar.	S
		18.	063	RE 577302	Termo final de vigência do crédito-prêmio do IPI instituído pelo Decreto-Lei nº 491/69.	S
		19.	064	RE 577494	Diferença de tratamento entre empresas públicas e sociedades de economia mista, que exploram atividade econômica, e empresas privadas, no que tange às contribuições para o PIS/PASEP.	S
		20.	071	RE 575093	a) Exigência de reserva de plenário para as situações de não-aplicação do art. 56 da Lei nº 9.430/96, que revogou a isenção da COFINS para as sociedades prestadoras de serviços. b) Necessidade de lei complementar para a revogação da isenção da COFINS para as sociedades prestadoras de serviços.	S
		21.	075	RE 582525	Dedução da CSLL na apuração da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ.	S
		22.	080	RE 567948	Majoração da alíquota do IPI para o açúcar.	S
		23.	084	RE 567935	Exclusão do valor dos descontos incondicionais da base de cálculo do IPI.	S
		24.	085	RE 559994	Delegação ao Ministro da Fazenda da competência para instituir taxa destinada ao ressarcimento de custos de selo de controle do IPI.	N

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		25.	087	RE 586482	Exigibilidade do PIS e da COFINS sobre os valores das vendas a prazo inadimplidas.	S
		26.	091	RE 584100	Aplicação do prazo nonagesimal previsto no art. 150, III, c, da Constituição Federal relativamente à Lei paulista nº 11.813/2004.	S
		27.	093	RE 585702	Exigência de reserva de plenário para as situações de não-aplicabilidade do art. 4º da Lei Complementar nº 118/2005 às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	S
		28.	095	AI 715423	Majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3% pela Lei nº 9.718/98.	S
		29.	099	RE 585740	Extensão da forma de cálculo da COFINS e do PIS, fixada para as empresas que realizam a comercialização de veículos usados, para as pessoas jurídicas que atuam no ramo industrial.	S
		30.	102	RE 583712	Incidência do IOF sobre transmissão de ações de companhias abertas.	S
		31.	104	RE 590186	Incidência de IOF em contratos de mútuo em que não participam instituições financeiras.	S
		32.	107	RE 587008	Majoração da alíquota da CSLL pela Emenda Constitucional nº 10/96.	S
		33.	108	RE 578635	Exigibilidade de contribuição social, destinada ao INCRA, das empresas urbanas.	N
		34.	110	RE 585235	Ampliação da base de cálculo da COFINS.	S
		35.	111	RE 566349	Aplicabilidade imediata do art. 78, § 2º, do ADCT para fins de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar.	S
		36.	115	RE 580264	Aplicação da imunidade tributária recíproca às sociedades de economia mista que prestam serviços de saúde exclusivamente pelo SUS.	S
		37.	118	RE 592616	Inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS.	S
		38.	120	RE 571184	Contribuições sociais criadas para o pagamento dos expurgos inflacionários das contas vinculadas ao FGTS.	N

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		39.	125	RE 592905	Incidência do ISS sobre operações de arrendamento mercantil.	S
		40.	133	RE 592211	Alíquota do Imposto de Renda de Pessoa Física aplicável aos valores recebidos em atraso e de forma acumulada pelo beneficiário, por culpa exclusiva da autarquia federal.	N
		41.	146	RE 576321	a) Cobrança de taxa em razão de serviços públicos de limpeza; b) Adoção de um ou mais elementos que compõem a base de cálculo própria de imposto para apuração do valor de taxa.	S
		42.	155	AI 712743	Progressividade do IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000.	S
		43.	164	RE 593919	Contribuição social, a cargo das cooperativas de trabalho, sobre as importâncias pagas, distribuídas ou creditadas aos seus cooperados, a título de remuneração por serviços prestados a pessoas jurídicas por intermédio delas.	N
		44.	166	RE 595838	Contribuição social, a cargo da empresa, incidente sobre 15% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços desenvolvidos por cooperativas.	S
		45.	168	RE 592396	Aplicação de lei que majorou alíquota do imposto de renda sobre fatos ocorridos no mesmo ano em que publicada, para pagamento do tributo com relação ao exercício seguinte.	S
		46.	171	RE 594996	Incidência de ICMS na importação de equipamento médico por sociedade civil não contribuinte do referido imposto.	S
		47.	176	RE 593824	Inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		48.	179	RE 587108	Compensação de créditos calculados com base nos valores dos bens e mercadorias em estoque, no momento da transição da sistemática cumulativa para a não-cumulativa da contribuição para o PIS e da COFINS.	S
		49.	185	RE 596286	Incidência do imposto de renda sobre os resultados financeiros verificados na liquidação de contratos de swap para fins de hedge.	S
		50.	195	AI 743833	Publicação de editais de notificação do lançamento da contribuição sindical rural por órgão da imprensa oficial.	N
		51.	198	AI 758019	Prazo prescricional relativo às atualizações monetárias de contas fundiárias do PIS/PASEP.	N
		52.	201	RE 593849	Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária.	S
		53.	204	RE 598572	Contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários de instituições financeiras instituída pela Lei nº 8.212/91.	S
		54.	207	RE 598468	Reconhecimento a contribuinte optante pelo SIMPLES das imunidades tributárias previstas nos artigos 149, § 2º, I e 153, § 3º, III, da Constituição Federal.	S
		55.	209	AI 749128	Imunidade tributária de livros, jornais e periódicos do FINSOCIAL.	S
		56.	212	AI 766684	Incidência do ISS sobre locação de bens móveis.	S
		57.	214	RE 582461	a) Inclusão do ICMS em sua própria base de cálculo; b) Emprego da taxa SELIC para fins tributários; c) Natureza de multa moratória fixada em 20% do valor do tributo.	S
		58.	216	RE 588149	Incidência do ICMS sobre venda de veículos salvados de sinistros.	S
		59.	217	RE 588322	Comprovação do poder de polícia para cobrança de taxa de localização e funcionamento.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		60.	218	RE 588954	Direito de supermercado a crédito do ICMS relativo à energia elétrica utilizada no processo produtivo de alimentos que comercializa.	S
		61.	224	RE 599176	Imunidade tributária recíproca do responsável tributário por sucessão.	S
		62.	226	RE 602347	Cobrança do IPTU pela alíquota mínima nos casos de declaração da inconstitucionalidade da sua progressividade.	S
		63.	228	RE 596832	Restituição de valores recolhidos a maior a título de PIS e COFINS mediante o regime de substituição tributária.	S
		64.	235	RE 601392	Imunidade tributária das atividades exercidas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.	S
		65.	236	AI 705941	Natureza jurídica de verbas rescisórias para fins de incidência do imposto de renda.	N
		66.	243	RE 596492	Termo inicial dos juros moratórios nas ações de repetição de indébito tributário.	N
		67.	244	RE 599316	Limitação temporal para o aproveitamento de créditos de PIS E COFINS.	S
		68.	247	RE 603497	Incidência do ISS sobre materiais empregados na construção civil.	S
		69.	254	RE 600010	Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneficentes de assistência social para fins de imunidade tributária.	S
		70.	259	RE 595676	Tributação da importação de pequenos componentes eletrônicos que acompanham material didático de curso de montagem de computadores.	S
		71.	263	RE 583327	Incidência de ICMS sobre os serviços prestados pelos provedores de acesso à internet.	N
		72.	278	RE 568503	a) Sujeição da contribuição ao PIS ao princípio da anterioridade nonagesimal; b) Contagem do prazo nonagesimal para fins de majoração de alíquota estabelecida por ocasião da conversão de medida provisória em lei.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		73.	283	RE 606107	Incidência do PIS e da COFINS não-cumulativos sobre valores recebidos a título de transferência de ICMS.	S
		74.	287	AI 790283	Sujeito ativo competente para cobrança do ISS.	N
		75.	288	RE 602883	Interrupção do prazo prescricional na execução fiscal.	N
		76.	291	RE 611230	Notificação pessoal de contribuinte para exclusão do REFIS.	N
		77.	296	RE 615580	Caráter taxativo da lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal.	S
		78.	297	RE 540829	Incidência do ICMS na importação de mercadoria por meio de arrendamento mercantil internacional.	S
		79.	298	RE 545796	Diferimento da compensação tributária advinda da correção monetária das demonstrações financeiras no período-base de 1990.	S
		80.	299	AI 768491	Aproveitamento integral de créditos do ICMS pago na operação antecedente em hipóteses de redução parcial da base de cálculo na operação subsequente.	S
		81.	300	RE 603136	Incidência do ISS sobre os contratos de franquia.	S
		82.	301	RE 592887	Cobrança de ICMS sobre serviço de habilitação de celular.	N
		83.	302	RE 603191	Natureza jurídica da retenção de 11% sobre os valores brutos dos contratos de prestação de serviço por empresas tomadoras de serviços.	S
		84.	303	RE 605506	Cobrança de IPI na base de cálculo do PIS e da COFINS exigida e recolhida pelas montadoras de veículos em regime de substituição tributária.	S
		85.	304	RE 607109	Apropriação de créditos de PIS e COFINS na aquisição de desperdícios, resíduos ou aparas.	S
		86.	306	RE 611512	Natureza jurídica dos juros, em reclamatória trabalhista, para fins de incidência de Imposto de Renda.	N

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		87.	311	RE 242689	Índice para correção monetária das demonstrações financeiras das pessoas jurídicas no ano-base de 1990.	S
		88.	322	RE 592891	Creditamento de IPI na entrada de insumos provenientes da Zona Franca de Manaus.	S
		89.	325	RE 603624	Subsistência da contribuição destinada ao SEBRAE, após o advento da Emenda Constitucional nº 33/2001.	S
		90.	326	RE 607056	Incidência de ICMS sobre o fornecimento de água encanada por concessionárias.	S
		91.	328	RE 611510	Incidência do IOF sobre aplicações financeiras de curto prazo de entidade sindical beneficiária de imunidade tributária.	S
		92.	329	RE 627815	Incidência do PIS e da COFINS sobre a receita decorrente da variação cambial positiva.	S
		93.	330	RE 628002	Incidência do IRPF sobre os benefícios recebidos de entidade de previdência privada e as importâncias correspondentes ao resgate de contribuições.	N
		94.	336	RE 630790	Imunidade tributária em relação ao imposto de importação para entidades que executam atividades fundadas em preceitos religiosos.	S
		95.	342	RE 608872	Imunidade de ICMS sobre produtos e serviços adquiridos por entidade filantrópica.	S
		96.	353	AI 803140	Enquadramento de pessoas jurídicas da área de saúde na qualidade de prestadoras de serviço hospitalar para fins de obtenção do benefício de recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) e do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) com base de cálculo reduzida.	N
		97.	363	RE 627543	Impedimento à adesão ao regime tributário do Simples Nacional de microempresas ou empresas de pequeno porte com pendências tributárias ou previdenciárias.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		98.	364	RE 607886	Titularidade do produto de arrecadação do imposto de renda incidente sobre complementação de aposentadoria paga por autarquia estadual.	S
		99.	368	RE 614406	Incidência do imposto de renda de pessoa física sobre rendimentos percebidos acumuladamente.	S
		100	369	RE 614232	VINCULADO AO TEMA Nº 368	S
		101	379	RE 605552	Imposto a incidir em operações mistas realizadas por farmácias de manipulação.	S
		102	382	RE 603917	Sujeição da Lei Complementar 122/2006 a prazo nonagesimal.	S
		103	385	RE 594015	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a sociedade de economia mista ocupante de bem público.	S
		104	389	AI 826496	Âmbito de incidência de isenção de taxas judiciárias, custas e emolumentos concedida por lei estadual.	N
		105	391	RE 635443	Incidência do PIS e da COFINS nas importações realizadas por conta e ordem de terceiros no contexto do Sistema Fundap.	S
		106	400	AI 837409	Legitimidade ativa para cobrar IPTU referente à área de município em que se controverte acerca da observância do artigo 18, § 4º, da Constituição Federal no processo de desmembramento.	S
		107	402	RE 627051	Imunidade tributária recíproca quanto à incidência de ICMS sobre o transporte de encomendas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.	S
		108	412	ARE 638315	Extensão da imunidade tributária recíproca às empresas públicas prestadoras de serviços públicos.	S
		109	432	RE 636941	Imunidade tributária das entidades filantrópicas em relação à contribuição para o PIS	S
		110	437	RE 601720	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a empresa privada ocupante de bem público.	S
		111	456	RE 598677	Cobrança antecipada de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		112	459	RE 642442	Requisitos legais para enquadramento de pessoa jurídica como entidade beneficente de assistência social para fins de imunidade tributária.	N
		113	475	ARE 639352	Extensão da imunidade relativa ao ICMS para a comercialização de embalagens fabricadas para produtos destinados à exportação.	S
		114	487	RE 640452	Caráter confiscatório da "multa isolada" por descumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental.	S
		115	489	AI 810097	Responsabilidade solidária da União pelo pagamento de correção monetária integral referente a crédito oriundo de devolução de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica.	N
		116	490	RE 628075	Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede, unilateralmente, benefício fiscal.	S
		117	495	RE 630898	Referibilidade e natureza jurídica da contribuição para o INCRA, em face da Emenda Constitucional nº 33/2001.	S
		118	501	RE 606314	Alíquota do IPI sobre o processo de industrialização de embalagens para acondicionamento de água mineral.	S
		119	502	RE 627280	Incidência de IPI sobre bacalhau seco e salgado	S
		120	504	RE 593544	Crédito presumido do IPI na base de cálculo do PIS e da COFINS.	S
		121	507	RE 660970	Imposto a incidir sobre operações de secretariado por rádio-chamada.	S
		122	508	RE 600867	Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores.	S
		123	511	RE 657686	Compensação de débitos tributários com requisições de pequeno valor – RPV.	S
		124	515	RE 656089	Majoração da alíquota da COFINS de 3% para 4% pela Lei 10.684/2003.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		125	517	RE 632783	Aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL.	S
		126	520	ARE 665134	Sujeito ativo do ICMS a incidir sobre circulação de mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização.	S
		127	523	RE 666156	Seletividade de IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000	PV
3.	Direito Penal	1.	059	RE 579167	Progressão de regime em crimes hediondos cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007.	S
		2.	113	RE 583523	Revogação do art. 25 da Lei de Contravenções Penais pela Constituição Federal.	S
		3.	114	RE 591563	Agravamento da pena por reincidência.	S
		4.	129	RE 591054	Consideração de ações penais em curso como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.	S
		5.	150	RE 593818	Consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base.	S
		6.	158	RE 597270	Fixação de pena aquém do mínimo legal, em face da incidência de circunstância genérica atenuante.	S
		7.	169	RE 596152	Aplicação retroativa do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 sobre pena cominada com base na Lei nº 6.368/76.	S
		8.	182	AI 742460	Valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante.	N
		9.	183	AI 747522	Aplicação do princípio da insignificância a crime de posse de substância entorpecente para uso próprio.	N
		10.	187	AI 762146	Imposição de efeitos próprios de sentença penal condenatória à transação penal prevista na Lei nº 9.099/95.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		11.	205	AI 754008	Requisitos para a concessão de progressão de regime à luz da nova redação dada ao art. 112 da Lei de Execução Penal pela Lei nº 10.792/2003.	N
		12.	239	RE 602527	Extinção da punibilidade em virtude de prescrição da pretensão punitiva em perspectiva.	S
		13.	370	RE 601182	Suspensão dos direitos políticos de condenado a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direito.	S
		14.	371	RE 628658	Concessão de indulto a pessoa submetida a medida de segurança.	S
		15.	423	RE 641320	Cumprimento de pena em regime menos gravoso ante a falta de vagas em estabelecimento penitenciário adequado.	S
		16.	478	RE 640139	Alcance do princípio da autodefesa frente ao crime de falsa identidade	S
		17.	506	RE 635659	Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal.	S
4.	Processo Penal	1.	050	RE 575144	Possibilidade de substituir-se a formalização de acórdão fundamentado por certidão a qual contenha o resultado de julgamento.	S
		2.	154	RE 593443	Trancamento da ação penal, em habeas corpus, por falta de justa causa, sem a submissão de acusados de crime doloso contra a vida ao Tribunal do Júri.	S
		3.	170	RE 597133	Julgamento proferido por órgão fracionário de tribunal composto majoritariamente por juízes convocados.	S
		4.	192	RE 601384	Concessão de liberdade provisória a preso em flagrante pela prática de crimes hediondos e equiparados.	S
		5.	237	RE 583937	Gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro.	S
		6.	238	RE 602072	Propositura de ação penal por descumprimento das condições estabelecidas em transação penal.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		7.	240	RE 602543	Nulidade do processo pela falta de requisição do réu preso, por meio de carta precatória, para comparecer à audiência de oitiva de testemunhas.	S
		8.	280	RE 603616	Provas obtidas mediante invasão de domicílio por policiais sem mandado de busca e apreensão.	S
		9.	393	RE 628624	Competência para processar e julgar suposto crime de publicação, na internet, de imagens com conteúdo pornográfico envolvendo criança ou adolescente.	S
		10.	438	RE 600851	Limite temporal para a suspensão do processo e do prazo prescricional previstos no art. 366 do CPP.	S
		11.	478	RE 607107	Suspensão de habilitação para dirigir de motorista profissional condenado por homicídio culposo na direção de veículo automotor.	S
		12.	496	RE 590908	Direito do Ministério Público de recorrer, apesar do acolhimento de pleito de impronúncia formulado por Promotor de Justiça posteriormente substituído.	S
5.	Direito do Trabalho	1.	062	RE 570532	Aplicabilidade do prazo prescricional do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal (na redação dada pela Emenda Constitucional nº 28/2000) às ações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores rurais cujos contratos de trabalho estavam vigentes à época da publicação da referida Emenda.	N
		2.	131	RE 589998	Despedida imotivada de empregados de Empresa Pública.	S
		3.	144	RE 584608	a) Termo inicial da prescrição para ação de cobrança da diferença decorrente da incidência dos expurgos inflacionários reconhecidos pela Lei Complementar nº 110/2001 na multa de 40% sobre os depósitos do FGTS; b) Responsabilidade do empregador pelo pagamento dessa diferença.	N
		4.	152	RE 590415	Renúncia genérica a direitos mediante adesão a plano de demissão voluntária.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		5.	191	RE 596478	Recolhimento de FGTS na contratação de servidor público sem a prévia aprovação em concurso público.	S
		6.	193	AI 731954	Incorporação a contrato individual de trabalho de cláusulas normativas pactuadas em acordos coletivos.	N
		7.	196	AI 751763	Responsabilidade subsidiária de tomador de serviços, em decorrência do não-pagamento de verbas trabalhistas devidas.	N
		8.	197	AI 752633	Cobrança de contribuição assistencial, instituída por assembléia, de trabalhadores não-filiados a sindicato.	N
		9.	222	RE 597124	Extensão do adicional de risco portuário ao trabalhador portuário avulso.	S
		10.	245	RE 602162	Base de cálculo do adicional de periculosidade dos empregados do setor de energia elétrica.	N
		11.	246	RE 603397	Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço.	S
		12.	308	AI 757244	Efeitos trabalhistas decorrentes de contratação pela Administração Pública de empregado não submetido à prévia aprovação em concurso público.	S
		13.	331	RE 628137	Incidência de juros progressivos sobre o FGTS.	N
		14.	333	RE 629057	Responsabilização do empregador no caso de sucessão de empresa.	N
		15.	356	AI 818688	Adicional de periculosidade em decorrência de armazenamento de agentes inflamáveis em prédio vertical.	N
		16.	357	AI 825675	Redução do intervalo intrajornada e majoração da jornada de trabalho, no regime de turnos ininterruptos de revezamento, por negociação coletiva.	N
		17.	383	RE 635546	Equiparação de direitos trabalhistas entre terceirizados e empregados de empresa pública tomadora de serviços.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		18.	468	RE 541856	REVISÃO DE TESE DO TEMA nº 144	N
		19.	488	RE 646104	Representatividade sindical de micro e pequenas indústrias artesanais.	S
		20.	497	RE 629053	Proteção objetiva da estabilidade de empregada gestante, em virtude de rescisão imotivada do contrato de trabalho.	S
6.	Processo do Trabalho	1.	248	AI 751478	Pressupostos de admissibilidade de ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho.	N
7.	Direito Econômico	1.	068	RE 573181	Validade de contrato de adesão, firmado entre distribuidora e revendedora de combustíveis, que confere exclusividade de fornecimento de produtos derivados de petróleo.	N
		2.	167	RE 595107	Cálculo dos índices de correção monetária quando da implantação do Plano Real.	S
		3.	268	RE 609448	Majorações de tarifas de energia elétrica durante o período de congelamento de preços denominado Plano Cruzado.	N
		4.	311	RE 242689	Índice para correção monetária das demonstrações financeiras das pessoas jurídicas no ano-base de 1990.	S
		5.	352	RE 632250	Aplicação de norma que dispõe sobre direitos *antidumping* relativamente a contrato de importação celebrado anteriormente à sua vigência.	S
8.	Processo Civil	1.	007	RE 556385	Redução, de ofício, de multa fixada em sentença, no caso de descumprimento de obrigação de fazer.	N
		2.	056	RE 576155	Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em que se questiona acordo firmado entre o contribuinte e o Poder Público para pagamento de dívida tributária.	S
		3.	077	RE 576847	Cabimento do mandado de segurança contra decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei nº 9.099/95.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		4.	082	RE 573232	Legitimidade de entidade associativa para promover execuções, na qualidade de substituta processual, independentemente da autorização de cada um de seus filiados.	S
		5.	100	RE 586068	a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais. B) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional.	S
		6.	103	RE 589490	Exigência da comprovação de insuficiência econômico-financeira para a concessão de assistência judiciária gratuita a pessoas jurídicas.	N
		7.	106	RE 590880	a) Competência para, após o advento da Lei nº 8.112/90, julgar os efeitos de decisão anteriormente proferida pela Justiça do Trabalho. B) Extensão do reajuste de 84,32%, relativo ao IPC do mês de março de 1990 (Plano Collor), concedido pela Justiça Federal em decisão transitada em julgado, a outros servidores.	S
		8.	116	RE 581160	Direito a honorários advocatícios nas ações que visam obter expurgos inflacionários de FGTS.	S
		9.	134	RE 592730	Direito a honorários advocatícios quando a Defensoria Pública Estadual representa vencedor em demanda ajuizada contra o Estado ao qual é vinculada.	N
		10.	135	RE 594116	Exigibilidade do porte de remessa e retorno de autos de autarquia federal no âmbito da Justiça Estadual.	S
		11.	136	RE 590809	Cabimento de ação rescisória que visa desconstituir julgado com base em nova orientação da Corte no que tange ao creditamento de IPI pela aquisição de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		12.	137	RE 590871	Prazo para oposição de embargos à execução contra a Fazenda Pública.	S
		13.	151	RE 583747	Decretação de ofício da prescrição de crédito tributário sem a manifestação da Fazenda Pública.	N
		14.	181	RE 598365	Pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais.	N
		15.	186	RE 599903	Fixação de honorários advocatícios em execução de sentença proferida em ação coletiva não-embargada pela Fazenda Pública.	N
		16.	188	AI 759421	Declaração de hipossuficiência para obtenção de gratuidade de justiça.	N
		17.	213	AI 768339	Competência para processar e julgar ação que visa a compelir os entes políticos das três esferas do governo a fornecer medicamentos à pessoa carente, quando o valor da causa é inferior ao limite de sessenta salários mínimos.	N
		18.	233	RE 602238	a) Indenização por danos morais decorrentes de vazamento de produtos químicos em um dos afluentes do Rio Paraíba do Sul; b) Competência dos Juizados Especiais para as causas respectivas.	N
		19.	249	AI 771770	Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação.	S
		20.	251	AI 778850	Suspensão ou devolução de prazos processuais da União em decorrência de movimento grevista deflagrado pelos membros das carreiras da AGU.	N
		21.	292	RE 611231	Extinção de execução fiscal da União por falta de interesse de agir, em razão do valor irrisório do débito, com base em legislação federal.	N
		22.	294	RE 612359	Cabimento de agravo interno contra decisão monocrática proferida no âmbito dos Juizados Especiais.	S
		23.	307	RE 626468	Efeito suspensivo a embargos do devedor em execução fiscal.	N
		24.	318	AI 800074	Requisitos do mandado de segurança.	N

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		25.	321	AI 749115	Limites impostos pelo princípio do juiz natural à convolação de ação individual em um incidente processual, no bojo de ação coletiva em trânsito perante juízo diverso do originário.	S
		26.	350	RE 631240	Prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao Judiciário.	S
		27.	354	AI 808968	Cabimento de ação rescisória contra decisão dos Juizados Especiais Federais.	N
		28.	360	RE 611503	Desconstituição de título executivo judicial mediante aplicação do inciso II do parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil.	S
		29.	374	RE 627709	Aplicação do art. 109, § 2º, da Constituição Federal aos entes da Administração Indireta	S
		30.	398	AI 836810	Anulação de sentença por contradição e incoerência.	N
		31.	401	RE 633360	Multa por litigância de má-fé.	N
		32.	408	ARE 637975	Cabimento de apelação em caso de execução fiscal com valor inferior a 50 ORTN.	S
		33.	411	AI 841548	Rito da execução de decisões que condenem entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado, a quantia em dinheiro.	S
		34.	424	ARE 639228	Indeferimento de produção de provas no âmbito de processo judicial.	N
		35.	433	ARE 640671	Competência de juizados especiais face à alegação de complexidade da prova.	N
		36.	435	AI 842063	Aplicação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 nas ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	S
		37.	442	RE 638706	Inexigibilidade de título judicial cujo fundamento contraria decisão superveniente do Superior Tribunal de Justiça sobre tema declarado de natureza infraconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.	N
		38.	451	RE 635729	Remissão aos fundamentos adotados na sentença impugnada nos termos do §5º do art. 82 da Lei nº 9.099/95.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		39.	460	AI 846803	Prosseguimento de Execução Fiscal lastreada em Certidão de Dívida Ativa supostamente ilíquida.	N
		40.	463	RE 637135	Violação à coisa julgada em decorrência de preclusão referente à juntada de acordo apenas por ocasião dos embargos à execução.	N
		41.	494	RE 596663	Limites objetivos da coisa julgada em sede de execução.	S
		42.	499	RE 612043	Limites subjetivos da coisa julgada referente à ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil.	S
9.	Direito Administrativo	1.	005	RE 561836	Compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão em URV dos valores em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido na data-base subseqüente.	S
		2.	010	RE 565506	Vício de iniciativa de projeto de lei que tornou obrigatória a instalação de semáforo com dispositivo de acionamento pelos próprios pedestres.	N
		3.	011	RE 565653	Prazo para pagamento de parcelas em dinheiro fixadas por sentença que julgou processo de desapropriação.	N
		4.	012	RE 566198	a) Competência exclusiva dos Municípios para decretar desapropriação por interesse público com vistas à construção ou ampliação de distritos industriais; b) Existência de desvio de finalidade na expedição de decreto expropriatório.	N
		5.	015	RE 570177	Direito de praça à remuneração não inferior a um salário-mínimo.	S
		6.	018	RE 564132	Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios.	S
		7.	019	RE 565089	Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	S
		8.	022	RE 560900	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		9.	023	RE 562581	Equiparação remuneratória entre procuradores autárquicos e procuradores estaduais.	N
		10.	024	RE 563708	Base de cálculo do adicional por tempo de serviço de servidor público admitido antes da Emenda Constitucional nº 19/98.	S
		11.	026	RE 567110	Concessão de aposentadoria especial a policiais civis nos termos da Lei Complementar nº 51/95.	S
		12.	028	RE 568647	Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa da condenação.	S
		13.	030	RE 570908	Direito de servidor comissionado exonerado receber férias não gozadas acrescidas de um terço.	S
		14.	037	RE 570690	Responsabilidade objetiva do Estado por indenização referente a danos morais decorrentes de emissão de números idênticos de CPF para pessoas distintas, que implicou indevida inscrição em cadastro restritivo de crédito.	N
		15.	039	RE 565713	Extensão aos professores inativos da rede pública de ensino do Estado de São Paulo dos benefícios denominados "bônus" e "bônus mérito" concedidos aos professores em atividade.	N
		16.	040	RE 567801	Cobrança de taxa de matrícula em universidades públicas.	S
		17.	041	RE 563965	Direito adquirido à forma de cálculo de parcelas incorporadas à remuneração.	S
		18.	045	RE 573872	Expedição de precatório antes do trânsito em julgado do título judicial exeqüendo.	S
		19.	054	RE 572884	Extensão aos inativos e pensionistas da GDACT em seu grau máximo.	S
		20.	057	RE 576464	Possibilidade de servidor público militar transferido ingressar em universidade pública, na falta de universidade privada congênere à de origem.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		21.	058	RE 578695	Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de custas processuais de forma autônoma em relação ao crédito principal.	S
		22.	065	RE 579720	Acumulação por militar de dois cargos públicos: um de natureza militar e outro de professor.	N
		23.	067	RE 572052	Extensão aos inativos da GDASST em 60 pontos a partir da Medida Provisória nº 198/94, convertida na Lei nº 10.971/2004.	S
		24.	073	RE 578657	Direito de servidor à diferença de remuneração em virtude de desvio de função.	N
		25.	081	RE 576336	Estorno na remuneração de auditores fiscais do Estado de Rondônia com base no subsídio do Governador.	N
		26.	083	RE 584186	Responsabilidade civil do Estado por indenização em virtude de demora excessiva e injustificada na apreciação do pedido de aposentadoria de servidor público.	N
		27.	096	RE 579431	Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a do efetivo pagamento da requisição de pequeno valor.	S
		28.	105	RE 586166	Direito de servidor público federal cedido a Município, nos termos da Lei nº 8.270/91, receber gratificação instituída por lei municipal.	N
		29.	112	RE 578812	Conversão de precatórios expedidos antes da Emenda Constitucional nº 37/2002 em requisições de pequeno valor.	S
		30.	119	RE 592658	Acumulação por militar de dois cargos públicos na área de saúde.	N
		31.	122	RE 575526	Direito de servidor, que teve regime jurídico alterado de celetista para estatutário, à contagem como tempo de serviço em dobro, o período correspondente à licença especial não-gozada.	N

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		32.	127	RE 576121	Limitação temporal dos efeitos da condenação ao reajuste salarial de 84,32% aos servidores do Distrito Federal.	N
		33.	130	RE 591874	Responsabilidade objetiva do Estado em caso de responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público em relação a terceiros não-usuários do serviço.	S
		34.	132	RE 590751	Incidência de juros moratórios e compensatórios durante o período de parcelamento previsto no art. 78 do ADCT.	S
		35.	138	RE 594296	Anulação de ato administrativo pela Administração, com reflexo em interesses individuais, sem a instauração de procedimento administrativo.	S
		36.	139	RE 590260	Extensão da Gratificação por Atividade de Magistério aos servidores inativos que ingressaram no serviço público até a publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003.	S
		37.	140	RE 593388	Extensão da Gratificação de Atividade Institucional Autônoma – GAIA, concedida aos Procuradores do Estado de Minas Gerais, aos Procuradores da Fazenda Estadual, referente a período anterior à unificação das carreiras.	N
		38.	141	RE 572921	Cálculo de vantagens pessoais incidentes sobre o abono garantidor da percepção de um salário-mínimo.	S
		39.	142	RE 582019	Pagamento a servidor público de salário-base inferior ao mínimo constitucional.	S
		40.	147	RE 591085	Incidência de juros de mora durante o prazo previsto na Constituição Federal para o pagamento de precatório.	S
		41.	148	RE 568645	Individualização de créditos de litisconsortes para efeito de fracionamento do valor principal da execução contra a Fazenda Pública.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		42.	153	RE 597154	Extensão, em relação aos servidores inativos, dos critérios de cálculo da GDATA e da GDASST estabelecidos para os servidores em atividade.	S
		43.	156	RE 596962	Extensão da verba de incentivo de aprimoramento à docência prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 159/2004 do Estado de Mato Grosso a professores inativos.	S
		44.	161	RE 598099	Nomeação de candidato classificado entre as vagas previstas no edital de concurso público.	S
		45.	162	RE 584388	Acumulação de pensões por morte, no caso de o servidor aposentado ter reingressado no serviço público, por meio de concurso, antes da edição da Emenda Constitucional nº 20/98, e ter falecido em data posterior ao seu advento.	S
		46.	180	RE 588944	Restituição de valores descontados da remuneração de servidores públicos estaduais mediante aplicação de redutor salarial.	N
		47.	189	RE 584737	Pensão decorrente de morte de servidor que, apesar de contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, faleceu após o advento da Lei nº 8.112/90.	N
		48.	194	AI 743681	Reajuste da vantagem pecuniária denominada "indenização de campo" no mesmo percentual pago a título de reajuste de diárias.	N
		49.	199	AI 764703	Incidência de descontos previdenciários sobre vencimentos de servidor que se afastou regularmente do serviço, após haver formulado pedido de sua aposentadoria.	N
		50.	206	RE 597673	Garantia de ressarcimento aos cartórios de ofícios únicos pelos atos executados gratuitamente.	S
		51.	229	RE 585392	Isonomia quanto ao enquadramento como beneficiário do regime público de previdência complementar instituído por lei estadual.	N
		52.	231	RE 597092	Seqüestro de recursos financeiros do Estado no caso de parcelamento compulsório de precatório.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		53.	234	RE 602324	Reajuste das tabelas dos serviços prestados ao SUS.	N
		54.	241	RE 603583	Exigência da prévia aprovação no exame da OAB para exercício da advocacia.	S
		55.	250	AI 776522	Extensão de regra mais benéfica concernente a férias prevista no Estatuto do Magistério estadual a professores contratados sob o regime temporário.	N
		56.	252	RE 569066	Extensão de Gratificação Especial a cargos equivalentes ao de técnico de nível superior.	N
		57.	253	RE 599628	Aplicabilidade do regime de precatórios às entidades da Administração Indireta prestadoras de serviços públicos essenciais.	S
		58.	255	RE 603448	Prazo prescricional para a execução contra o Estado de débitos oriundos da extinta Minascaixa.	N
		59.	257	RE 606358	Inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a Emenda Constitucional nº 41/2003.	S
		60.	260	RE 605993	Extensão aos inativos da Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ.	N
		61.	261	RE 581947	Cobrança de taxa de ocupação do solo e do espaço aéreo por poste de transmissão de energia elétrica.	S
		62.	266	RE 605481	Citação da Fazenda Pública para expedição de precatório complementar.	S
		63.	267	RE 608852	Fixação de multa por descumprimento de ordem judicial de pagamento de precatório no prazo legal.	N
		64.	269	RE 609466	Direito de militar reformado do Estado de Minas Gerais receber o adicional trintenário.	N
		65.	270	RE 610218	Reserva de lei para instituir punição disciplinar imposta a militar.	N
		66.	271	RE 610220	Direito de filha de ex-servidor, solteira e maior de 21 anos, receber pensão.	N

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		67.	273	RE 610223	Direito de servidores inativos da extinta FEPASA à extensão de vantagens salariais concedidas em dissídios e acordos coletivos aos ferroviários em atividade.	N
		68.	275	AI 746996	Direito de servidores públicos do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte à Gratificação Especial de Técnico de Nível Superior – GTNS.	N
		69.	276	AI 783172	Adicional noturno para policiais civis que trabalham sob o regime de plantão.	N
		70.	282	RE 476894	Subsistência, após a Emenda Constitucional nº 19/98, dos subtetos salariais criados com amparo na redação original do art. 37, XI, da Constituição Federal.	S
		71.	290	RE 611162	Pagamento de diferenças em razão de reenquadramento de servidor público do Município de Santos.	N
		72.	293	RE 612358	Contagem especial de tempo de serviço, prestado sob condições insalubres, em período anterior à instituição do Regime Jurídico Único.	S
		73.	309	AI 791811	Alcance das sanções impostas pelo art. 37, § 4º, da Constituição Federal aos condenados por improbidade administrativa.	S
		74.	315	RE 592317	Aumento de vencimentos e extensão de vantagens e gratificações pelo Poder Judiciário e pela Administração Pública.	S
		75.	316	RE 627637	Extensão da vantagem denominada Prêmio de Incentivo à Qualidade – PIQ a servidores inativos.	N
		76.	335	RE 630733	Remarcação de teste de aptidão física em concurso público.	S
		77.	338	AI 758533	Exigência do exame psicotécnico em concurso público, sem previsão em lei, e critérios de avaliação.	S
		78.	340	RE 584313	Extensão do índice de reajuste de 28,86% aos militares.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		79.	341	AI 823896	Plano de carreira de servidores públicos instituído por lei municipal sem norma regulamentadora.	N
		80.	347	RE 607607	Direito à atualização monetária do vale-refeição dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul por decisão judicial.	S
		81.	348	RE 607940	Plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.	S
		82.	351	RE 631389	Extensão a inativos e pensionistas da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE.	S
		83.	355	AI 812687	a) Penhora de bens da Rede Ferroviária S.A. realizada anteriormente à sucessão pela União; b) Possibilidade de execução, pelo regime de precatório, dos bens da Rede Ferroviária.	S
		84.	359	RE 602584	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente da acumulação de proventos e pensão.	S
		85.	361	RE 631537	Transmudação da natureza de precatório alimentar em normal em virtude de cessão do direito nele estampado.	S
		86.	362	RE 608880	Responsabilidade civil do Estado por ato praticado por preso foragido.	S
		87.	365	RE 580252	Responsabilidade do Estado por danos morais decorrentes de superlotação carcerária.	S
		88.	366	RE 136861	Responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de omissão do dever de fiscalizar comércio de fogos de artifício em residência.	S
		89.	375	RE 633244	Condições para a promoção de policial militar.	N
		90.	376	RE 635739	Cláusulas de barreira ou afunilamento em concurso público	S
		91.	377	RE 612975	Incidência do teto remuneratório no caso de acumulação de cargos públicos	S
		92.	378	RE 632767	Reajustes de vencimentos de servidores públicos do Município de São Paulo com base em leis municipais	N

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		93.	384	RE 602043	Incidência do teto remuneratório a servidores já ocupantes de dois cargos públicos antes da vigência da Emenda Constitucional 41/2003.	S
		94.	386	RE 611874	Realização de etapas de concurso público em datas e locais diferentes dos previstos em edital por motivos de crença religiosa do candidato.	S
		95.	395	RE 638115	Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas.	S
		96.	396	RE 603580	Direito adquirido aos critérios da paridade e integralidade no pagamento de pensão por morte de servidor aposentado antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, mas falecido durante sua vigência.	S
		97.	397	RE 633843	Cobrança de contribuição previdenciária dos servidores estaduais ativos de São Paulo.	N
		98.	403	RE 635648	Requisitos para contratação de professor substituto no âmbito de instituições federais de ensino superior.	S
		99.	404	AI 841445	Recebimento de vale-refeição, por servidor público, durante o período de férias.	N
		100	409	RE 631880	Extensão, em relação aos servidores inativos, dos critérios de cálculo da GDPST estabelecidos para os servidores em atividade.	S
		101	410	RE 633933	Extensão, em relação aos servidores inativos, dos critérios de cálculo da GDPGTAS estabelecidos para os servidores em atividade.	S
		102	418	AI 843753	Compensação do reajuste de 28,86% sobre a RAV com as reposições salariais posteriores ao reajustamento concedido pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993.	N
		103	420	AI 843751	Extensão de progressão salarial a servidores efetivados por Lei Estadual.	N

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		104	422	RE 636978	Cálculo do valor mínimo nacional por aluno (VMNA) a ser repassado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)	N
		105	425	AI 841473	Restituição de verbas de natureza alimentar pagas indevidamente pela Administração Pública a beneficiário de boa-fé.	N
		106	426	AI 839496	Incidência do adicional de "sexta parte" sobre a integralidade dos vencimentos de servidor estadual celetista.	N
		107	427	AI 844143	Extensão do reajuste de 10% concedido pelo Decreto Estadual nº 36.829/1995 aos servidores da FUNED.	N
		108	428	ARE 641543	Extensão a outros servidores públicos militares em atividade da Gratificação de Encargos Especiais-GEE.	N
		109	429	ARE 640182	Extensão a servidor público inativo do Adicional de Local de Exercício – ALE definido como vantagem de caráter geral.	N
		110	434	RE 596542	Alteração do cálculo da Gratificação por Produção Suplementar – GPS por lei específica.	S
		111	439	RE 606199	Direito adquirido de servidores públicos estaduais aposentados à permanência em determinada classe, não obstante o advento de lei estadual que, ao promover a reclassificação de cargos, reenquadra-os em classe inferior.	S
		112	440	ARE 637607	Redução legal do valor de gratificação para servidores que ingressaram, ou reingressaram no quadro, após a entrada em vigor da lei redutora.	S
		113	443	ARE 640514	Exigência de atualização, no final de cada exercício, da ajuda de custo instituída pela Lei Municipal 4.823/1996.	N
		114	444	AI 845156	Reflexos na base de cálculo do décimo terceiro salário e do terço de férias da verba decorrente de plantão na área da saúde.	N

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		115	445	RE 636553	Obrigatoriedade de o Tribunal de Contas da União – TCU observar os princípios do contraditório e da ampla defesa no exame da legalidade de atos concessivos de aposentadorias, reformas e pensões, após o decurso do prazo de cinco anos.	S
		116	450	ARE 638195	Incidência de correção monetária no período compreendido entre a data do cálculo e a do efetivo pagamento da requisição de pequeno valor.	S
		117	447	ARE 642827	Extensão, em relação aos servidores inativos e pensionistas, dos critérios de cálculo da GDAMB estabelecidos para os servidores em atividade.	S
		118	448	RE 642682	Extensão do adicional de insalubridade aos policiais militares inativos em razão de previsão em Lei Complementar Estadual.	S
		119	449	AI 838194	Convocação, para o serviço militar, de estudante de medicina dispensado por excesso de contingente.	S
		120	454	RE 629392	Direito à promoção funcional, independentemente de apuração própria ao estágio probatório, quando reconhecida eficácia retroativa do direito à nomeação.	S
		121	462	AI 846912	Extensão, em relação aos servidores inativos e pensionistas, da Gratificação de Atividade Policial Militar – GAPM.	N
		122	464	ARE 642841	Extensão aos inativos do Prêmio de Produção concedido aos servidores ativos do Quadro Permanente de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais.	N
		123	465	RE 642890	Alteração da fórmula do cálculo do auxílio-invalidez para os servidores militares.	S
		124	473	RE 587371	Incorporação de quintos por exercício de função comissionada anteriormente ao ingresso na magistratura.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		125	476	RE 608482	Manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado.	S
		126	479	RE 627189	Imposição de obrigação de fazer à concessionária de serviço público para que observe padrão internacional de segurança.	S
		127	480	RE 609381	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre proventos percebidos em desacordo com o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.	S
		128	481	RE 652229	Direito de brasileiro contratado no exterior como "auxiliar local", antes da Constituição Federal de 1988, ao regime jurídico estabelecido pela Lei 8.112/90.	S
		129	483	ARE 652777	Responsabilidade civil do Estado por dano moral decorrente de publicação da remuneração de servidor público em site na internet.	S
		130	493	RE 523086	Promoção de professor à classe superior a que pertence.	S
		131	500	RE 657718	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	S
		132	509	RE 655265	Momento de comprovação do triênio de atividade jurídica para ingresso no cargo de juiz substituto.	S
		133	510	RE 663696	Teto remuneratório de procuradores municipais.	S
		134	512	RE 662405	Responsabilidade civil do Estado por danos materiais causados a candidatos inscritos em concurso público em face do cancelamento da prova do certame por suspeita de fraude.	S
		135	513	RE 645181	Cobrança de pedágio intermunicipal sem disponibilização de via alternativa.	S
		136	514	ARE 660010	Aumento da carga horária de servidores públicos, por meio de norma estadual, sem a devida contraprestação remuneratória.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		137.	519	RE 659172	Seqüestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009.	S
		138.	521	RE 612707	Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos.	S
		139.	524	RE 656860	Aposentadoria integral de servidor portador de doença grave não especificada em lei.	PV
10.	Direito Eleitoral	1.	061	RE 568596	Elegibilidade de ex-cônjuge de ocupante de cargo político quando a dissolução da sociedade conjugal se dá durante o exercício do mandato.	S
		2.	124	RE 591470	Cabimento de recurso especial eleitoral contra decisão administrativa sobre prestação de contas de campanhas eleitorais.	S
		3.	367	RE 630147	Inelegibilidade em razão de renúncia a mandato.	S
		4.	387	RE 633703	Aplicabilidade imediata da Lei Complementar nº 135/2010, que prevê novas hipóteses de inelegibilidade, às eleições de 2010.	S
11.	Direito Previdenciário	1.	003	RE 559943	Prazo prescricional para a cobrança de contribuições sociais devidas à Seguridade Social.	S
		2.	020	RE 565160	Alcance da expressão "folha de salários", para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações.	S
		3.	027	RE 567985	Meios de comprovação do estado miserabilidade do idoso para fins de percepção de benefício de assistência continuada.	S
		4.	070	RE 575089	Possibilidade de conjugar vantagens de dois regimes previdenciários distintos para cálculo do benefício de aposentadoria.	S
		5.	072	RE 576967	Inclusão do salário-maternidade na base de cálculo da Contribuição Previdenciária incidente sobre a remuneração.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		6.	076	RE 564354	Teto da renda mensal dos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência das Emendas Constitucionais nos 20/98 e 41/2003.	S
		7.	088	RE 583834	Aplicação do art. 29 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.876/99, a benefícios concedidos antes da respectiva vigência.	S
		8.	089	RE 587365	Renda a ser usada como parâmetro para a concessão do auxílio-reclusão.	S
		9.	160	RE 596701	Contribuição previdenciária sobre pensões e proventos e militares inativos entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e a Emenda Constitucional nº 41/2003.	S
		10.	163	RE 593068	Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.	S
		11.	165	RE 597389	Revisão da pensão por morte concedida antes do advento da Lei nº 9.032/95.	S
		12.	173	RE 587970	Concessão de benefício assistencial a estrangeiros residentes no Brasil.	S
		13.	202	RE 596177	Cobrança de contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre receita bruta proveniente da comercialização de sua produção.	S
		14.	215	RE 583029	Forma de cálculo de contribuição previdenciária incidente sobre o 13º salário.	N
		15.	219	RE 590005	Extensão a beneficiários de plano de previdência privada complementar de vantagem outorgada a empregados ativos.	N
		16.	230	RE 586620	Exigibilidade da contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares.	N
		17.	256	RE 603451	Complementação de aposentadoria de ex-empregado da FEPASA.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		18.	281	RE 611601	Contribuição para a seguridade social a cargo das agroindústrias sobre a receita bruta prevista na Lei nº 10.256/2001.	S
		19.	312	RE 580963	Interpretação extensiva ao parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.741/2003 para fins do cálculo da renda familiar de que trata o art. 20, §3º, da Lei nº 8.742/93.	S
		20.	313	RE 626489	Aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória nº 1.523/97 a benefícios concedidos antes da sua edição.	S
		21.	320	AI 738444	Reconhecimento da condição de ex-combatente para fins de recebimento de benefício de pensão especial.	N
		22.	323	RE 599362	Incidência do PIS sobre os atos cooperativos próprios.	S
		23.	334	RE 630501	Direito a cálculo de benefício de aposentadoria de acordo com legislação vigente à época do preenchimento dos requisitos exigidos para sua concessão.	S
		24.	343	RE 580871	Devolução de contribuição previdenciária cobrada de servidor inativo ou pensionista, no período compreendido entre a EC 20/98 e a EC 41/2003.	S
		25.	344	RE 569441	Incidência de contribuição previdenciária sobre a participação nos lucros da empresa.	S
		26.	345	RE 597064	Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS das despesas com atendimento a beneficiários de planos privados de saúde.	S
		27.	372	RE 609096	a) Exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras das instituições financeiras; b) Exigência de reserva de plenário para as situações em que se afasta a incidência do disposto no art. 3º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 9.718/1998.	S
		28.	388	RE 613033	Revisão de auxílio-acidente concedido antes do advento da Lei nº 9.032/95.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		29.	405	AI 841047	Cômputo do tempo de serviço exercido em condições especiais para efeito de aposentadoria.	N
		30.	406	AI 843287	Critérios para o cálculo da renda mensal inicial de benefício previdenciário.	N
		31.	407	RE 633329	Restituição de valores descontados compulsoriamente a título de contribuição previdenciária declarada inconstitucional.	N
		32.	431	AI 831223	Contribuição para assistência à saúde incidente sobre proventos e pensões dos servidores públicos no interregno das EC n. 20/98 e n. 41/03.	S
		33.	452	RE 635729	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	S
		34.	466	ARE 642137	Revisão de contrato celebrado com entidade fechada de previdência complementar.	N
		35.	467	AI 834262	Descontos previdenciários de militares estaduais ativos com base na Lei nº 7.672/82.	N
		36.	470	RE 599309	Contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários de instituições financeiras estabelecida antes da EC 20/98.	S
		37.	482	RE 611505	Incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos pelo empregador ao empregado nos primeiros quinze dias de auxílio-doença.	N
		38.	503	RE 661256	Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação.	S
		39.	516	RE 597315	Sujeição passiva das cooperativas à contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS.	S
12.	Direito Civil	1.	013	RE 567932	Responsabilidade solidária dos sócios das empresas por quotas de responsabilidade limitada por dívidas junto à Seguridade Social.	S
		2.	086	RE 584573	Direito adquirido à validação automática de diploma de curso superior obtido no exterior.	N

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		3.	098	RE 582650	Auto-aplicabilidade do art. 192, § 3º, da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 40/2003.	S
		4.	101	RE 591068	Validade e eficácia de acordo constante do termo de adesão instituído pela Lei Complementar nº 110/2001.	S
		5.	123	RE 578801	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	S
		6.	143	RE 584536	Cancelamento de descontos em folha de pagamento por posterior desinteresse do mutuário no seu prosseguimento.	N
		7.	174	RE 582504	Índice de correção monetária incidente sobre verba a ser restituída a associados que se desligam de plano de previdência privada.	N
		8.	178	AI 729263	Cálculo da quantidade de ações em que dividido o capital subscrito em uma sociedade anônima, referente aos contratos de participação financeira e subscrição de ações de telefonia, com complementação dos títulos acionários.	N
		9.	200	RE 579073	Critério de reajuste de saldo devedor de contrato de mútuo firmado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação para posterior amortização.	N
		10.	232	RE 602136	Indenização por danos morais decorrentes de inscrição indevida em cadastro de inadimplentes.	N
		11.	264	AI 722834	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	S
		12.	265	RE 591797	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		13.	284	AI 751521	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I.	S
		14.	285	AI 754745	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II.	S
		15.	310	AI 804209	Alteração judicial, ao patamar de 12% ao ano, de juros contratados após a Emenda Constitucional nº 40/2003.	N
		16.	319	AI 735933	Critérios de correção monetária para a devolução de empréstimo compulsório de energia elétrica.	N
		17.	349	RE 611639	Registro prévio do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor perante o órgão competente para o licenciamento.	S
		18.	381	RE 630852	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	S
		19.	399	RE 635336	Natureza da responsabilidade do proprietário de terras com cultivo ilegal de plantas psicotrópicas para fins de expropriação.	S
		20.	417	ARE 640525	Responsabilidade civil por dano material em face de relações contratuais e extracontratuais.	N
		21.	421	AI 844474	Aplicação do artigo 1º da Lei de Usura, que limita a taxa de juros a 12% ao ano, aos contratos bancários.	N
		22.	436	AI 845109	Alteração de prazo prescricional por legislação infraconstitucional superveniente.	N
		23.	446	ARE 640523	Destinação de parte do valor das astreintes a fundo estadual de defesa do consumidor.	N
		24.	455	RE 611585	Exigência de pagamento de caução para o exercício da profissão de leiloeiro.	S
		25.	492	AI 745831	Cobrança, por parte de associação, de taxas de manutenção e conservação de loteamento imobiliário urbano de proprietário não-associado.	S

TABELA DE TEMAS DA REPERCUSSÃO GERAL POR RAMO DO DIREITO

Atualizada em 16 de fevereiro de 2012

Nº	Matéria	Nº	Tema	*Leading Case*	Título	RG
		26.	498	RE 646721	Alcance do direito sucessório em face de união estável homoafetiva.	S
13.	Direito do Consumidor	1.	009	RE 565138	Indenização por danos morais e materiais decorrentes de manipulação de resultados de partidas de futebol.	N
		2.	274	AI 777749	Cobrança de pulsos além da franquia.	N
		3.	286	AI 765567	Responsabilidade civil de banco por danos decorrentes de indevida utilização de cartão de crédito.	N
		4.	332	RE 628914	Restituição dos valores pagos a consórcio em razão de desistência do consorciado.	N
		5.	413	AI 839695	Quantum indenizatório de condenação por danos morais e materiais decorrentes da relação entre concessionária de serviço público e consumidor.	N
		6.	419	AI 844777	Dever de as concessionárias de serviços públicos cumprirem suas obrigações contratuais mesmo que em área de risco à integridade física de seus funcionários.	N
		7.	458	RE 643085	Direito do consumidor à exibição de documentos.	N
		8.	461	ARE 640713	Ilegalidade de cláusulas previstas em contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor.	N
14.	Direito Financeiro	1.	394	RE 553710	Pagamento imediato de reparação econômica a anistiados políticos.	S
		2.	327	RE 607420	Inscrição de Município no SIAFI/CADIN sem o prévio julgamento de Tomada de Contas Especial.	S
15.	Direito Internacional	1.	210	AI 762184	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	S
		2.	373	RE 608898	Expulsão de estrangeiro cuja prole brasileira foi concebida posteriormente ao fato motivador do ato expulsório.	S